

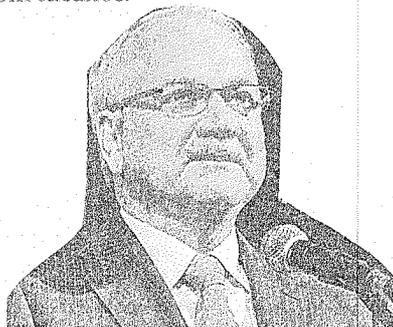
15 ABR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Dilma indica para o Supremo jurista ligado ao PT e à CUT

Nome foi escolhido após negociação com o PMDB; Luiz Fachin deve ocupar vaga do ministro Joaquim Barbosa, aposentado há oito meses e meio

A presidente Dilma Rousseff indicou ontem o jurista Luiz Edson Fachin para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal, oito meses e meio após a saída de Joaquim Barbosa da Corte. A indicação envolveu negociações com o PMDB. O acordo foi necessário porque a escolha de Fachin, nome ligado ao PT e à Central Única dos Trabalhadores, terá de ser aprovado em sabatina pelo Senado. A Casa é presidida pelo aliado Renan Calheiros (PMDB-AL), rebelado desde que teve seu nome incluído na lista de investigados da Lava Jato, que apura corrupção na Petrobrás. Na articulação política do governo com o Congresso, o vice-presidente Michel Temer assegurou que Fachin passará pela sabatina. Advogado e professor de direito civil, Fachin, de 57 anos, tem boa relação com movimentos sociais no Paraná, seu Estado natal. Foi apoiado pela CUT para a Comissão Estadual da Verdade paranaense e é próximo do MST. Também mantém bom trânsito com tucanos.



Luiz Fachin. Indicado para STF

15 ABR 2015

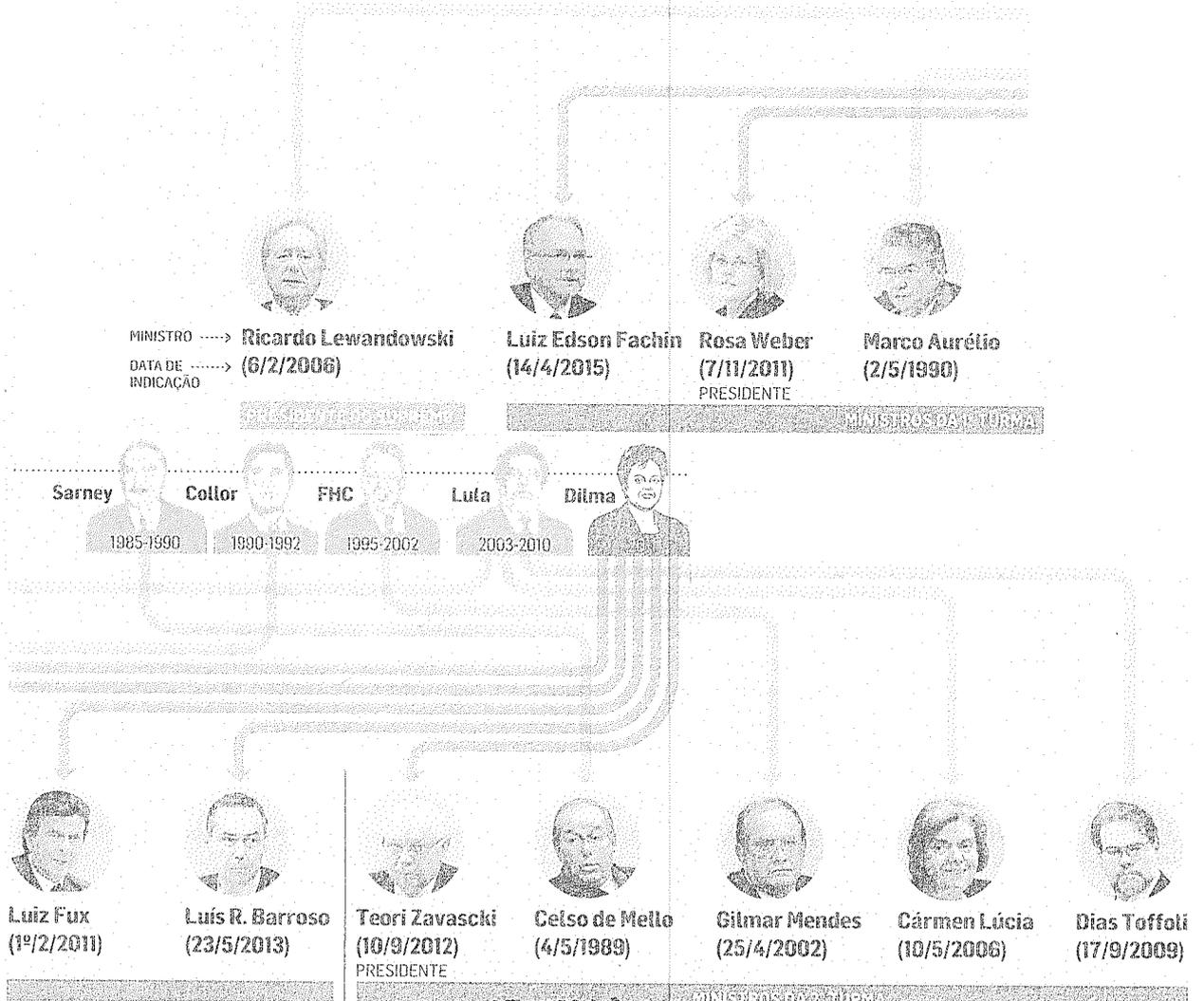
O ESTADO DE S. PAULO

Fim da espera. Após oito meses e meio, presidente apresenta o nome do jurista Luiz Fachin para a vaga de Joaquim Barbosa; indicação terá de ser aprovada em sabatina e, segundo relatos, foi prometida ao presidente do Senado a retomada do controle político da Transpetro

Dilma indica novo ministro do Supremo depois de longa negociação com Renan

NOVA COMPOSIÇÃO

■ A presidente Dilma Rousseff indicou ontem Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal; anúncio do substituto de Joaquim Barbosa levou 8 meses e 15 dias



CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO 15 ABR 2015

CONTINUAÇÃO

Em uma operação que envolveu várias negociações com o PMDB, a presidente Dilma Rousseff indicou ontem o jurista Luiz Edson Fachin para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal, oito meses e meio após a saída de Joaquim Barbosa da Corte. O acordo com o partido aliado foi necessário porque a indicação de Fachin, nome ligado ao PT e à Central Única dos Trabalhadores, terá de ser aprovado em sabatina pelo Senado, presidido pelo aliado Renan Calheiros (PMDB-AL), rebelado desde que teve seu nome incluído na lista de investigados da Operação Lava Jato, que apura corrupção na Petrobrás.

Sob pressão do Congresso e com a crise política no radar, Dilma chegou a oferecer a Renan, segundo fontes do Palácio do Planalto, a retomada do controle político da Transpetro, subsidiária da Petrobrás. O presidente do Senado era o padrinho político do ex-presidente da empresa Sérgio Machado, apeado do cargo em fevereiro após ser citado por um dos delatores da Lava Jato como beneficiário de propinas. Desde então, o comando da subsidiária está nas mãos de um técnico.

Segundo auxiliares de Dilma, Renan recusou a oferta. "Os cargos são seus, presidente", teria dito o peemedebista. O diálogo ocorreu na segunda-feira, em reunião no Planalto. Dilma perguntou o que Renan achava de Fachin, professor de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná, e se haveria problemas na escolha. Renan assegurou o seu apoio, embora havia poucos dias ainda lutasse pela indicação de outro nome.

Dilma também consultou ontem o vice-presidente Michel Temer, que no domingo já estivera com Renan. Na articulação política do governo com o Congresso, o vice-presidente assegurou que Fachin passará pela sabatina no Senado.

Ainda não está claro se Renan terá compensações com cargos no governo em troca do apoio ao nome de Fachin.

Publicamente, o presidente do Senado defende o enxugamento da máquina. Mas está insatisfeito com a substituição do ministro do Turismo, Vinícius Lages - seu afilhado. Lages perderá a cadeira para o ex-presidente da Câmara Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Com o apoio do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do próprio Temer, Alves deverá ser anunciado hoje para o cargo.

O presidente do Senado se reuniu com Fachin na quinta-feira, quando foram apresentados. A pessoas mais próximas, Renan se disse impressionado pelo perfil técnico do advogado. A conversa entre os dois ocorreu horas depois de o senador ter se encontrado com o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski.

Fachin poderá julgar tanto Renan quando Cunha, que também teve seu nome citado na lista de políticos enviada pelo Ministério Público Federal ao Supremo, por suspeita de desvios de recursos na Petrobrás. Tudo porque o julgamento de presidentes da Câmara e do Senado ocorre no plenário do Supremo, e não nas turmas, como no caso de outros parlamentares. A turma responsável pelos políticos da Lava Jato é a 2.^a, da qual Fachin não fará parte.

Demora. A mais demorada indicação de um ministro do Supremo foi marcada por desentendimentos entre os principais conselheiros de Dilma, por mudanças na data do anúncio do escolhido e pela entrega de dossiês contra os outros "candidatos". Na definição de um ministro do governo, "foram nove meses de vaivém. É uma gestação".

Até recentemente, Renan apoiava para o STF o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, que também contava com o aval do ex-senador José Sarney. Por meses, num processo de idas e vindas, também constavam da lista dos favoritos

o tributarista Heleno Torres, o jurista Clèmerson Clève e os ministros do Superior Tribunal de Justiça Luís Felipe Salomão, Benedito Gonçalves, Herman Benjamin e Mauro Campbell.

Desde o governo Lula, o nome de Fachin é citado como possível ministro do Supremo. /
VERA ROSA, BEATRIZ BULLA, TALITA FERNANDES, ERICH DECAT, RAFAEL MORAES MOURA e RICARDO BS

CONTINUA

15 ABR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

PERFIL

CONTINUAÇÃO



Jurista. Após negociações com PMDB, presidente indica Luiz Edson Fachin para o Supremo

Luiz Edson Fachin, novo ministro do Supremo

Um juiz próximo dos movimentos sociais

BRÁSILIA

Advogado e professor de direito civil, Luiz Edson Fachin, de 57 anos, tem um histórico de boa relação com movimentos sociais. Foi apoiado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) para integrar a Comissão Estadual da Verdade que funcionou no Paraná, seu Estado natal. Um artigo que publicou sobre direito de propriedade o aproximou das ideias do

Movimento dos Sem Terra. O jurista, porém, também mantém boa relação com alguns tucanos. O senador paranaense Álvaro Dias, por exemplo, sempre defendeu sua indicação para a vaga de Joaquim Barbosa.

Há dois anos, Fachin esteve próximo de ser indicado pela presidente Dilma Rousseff ao Supremo. Figurou na lista de cotados, mas a vaga acabou com Luis Roberto Barroso.

Fachin é especializado em

direito de família, um ramo do direito civil, e faz parte do conselho executivo do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Formado pela Universidade Federal do Paraná, é mestre e doutor pela PUC-SP.

Fundou, em 2006, a banca Fachin Advogados Associados, especializada em arbitragem. É tido como homem simples, que gosta do campo e costuma descansar em um sítio no interior do Paraná. /B.B. e T.F.

CONTINUA

15 ABR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

REAÇÕES

Ricardo Lewandowski
Presidente do STF

“Penso que é um dos melhores nomes que o governo tinha a oferecer à sociedade e ao Parlamento”

Carlos Veloso
Ex-ministro do Supremo

“O Supremo é uma casa de grandes questões jurídicas. Tem sido visto ultimamente como uma Corte penal, mas é na realidade uma Corte constitucional. Por isso a escolha do professor Fachin é excelente”

Eros Grau
Ex-ministro do Supremo

“Eu conheço Luiz Fachin há muito tempo. É um homem muito preparado intelectual-mente, uma pessoa que me parece de muito bom senso e isso é o mais importante para o juiz”

Antonio Mariz de Oliveira
Advogado criminal

“Desejo que o novo ministro cumpra com competência as suas novas e elevadas funções, mas especialmente faço votos que represente no Supremo o garantismo penal para fazer frente a essa cultura punitiva que tem tomado conta inclusive da magistratura brasileira”

João Ricardo Costa
Associação dos Magistrados Brasileiros

“Temos uma excelente impressão do dr. Fachin, que foi professor de várias gerações de juizes. Eu mesmo, em determinado momento, tive aulas com ele. É um grande conhecimento jurídico. A serenidade e tranquilidade que expressa na sua fala trazem bastante alento e segurança para todos nós”

CONTINUA

15 ABR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SUPREMO EM PAUTA:

Rubens Glezer

ESTADÃO 1.º FGV DIREITO SP

Nomeação de coalizão

A nomeação do mais novo ministro do Supremo Tribunal Federal é um marco na história político-institucional brasileira. É a primeira nomeação do tipo que foi e será explicitamente afetada pelo modelo brasileiro de presidencialismo de coalizão. Em outras palavras, é a primeira nomeação para o ápice do Judiciário que é claramente afetada pela disputa entre Executivo e Legislativo.

Enquanto no presidencialismo há uma tendência de prevalecer o Executivo sobre o Legislativo e no parlamentarismo existir o contrário (Legislativo predomina sobre o Executivo), no presidencialismo de coalizão não há predominância: Executivo e Legislativo permanecem em constante relação de negociação. A esporádica predominância de um Poder sobre o outro tende a ser resultado da dificuldade (ou inabilidade) de um dos lados manter adequadamente essa negociação. É por isso que podemos dizer que vivemos um mau funcionamento do modelo, mas não necessariamente uma crise.

Historicamente, a nomeação de ministros do STF não tende a ser problemática ou alvo de atenção. Porém, isso muda radicalmente a partir de 2011 com o processo do mensalão (AP 470), no qual a opinião pública e toda a classe política se tornam plenamente cientes dos efeitos que os eventuais alinhamentos ideológicos dos ministros do STF podem produzir no mundo político.

Isso é agravado com o desenvolvimento do processo da Lava Jato, em um contexto em que a Presidência da República precisa angariar força e apoio político. Por esse motivo, a nomeação do novo ministro do Supremo foi pega em um fogo cruzado entre os mais diversos interesses políticos.

Se parte dessa situação foi provocada pela demora do Executivo em realizar a indicação, bem como pelo fato de o presidencialismo de coalizão ensejar essa tensão política, não é possível esquecer que as falhas do modelo e regras de nomeação permitem que a escolha do novo ministro esteja sujeita a tais dissabores. Se as regras fossem mais transparentes e com maior participação, talvez a nomeação não envolvesse tanto custo político para a Presidência da República. A qualidade da negociação entre Executivo e Legislativo será testada durante a sabatina pelo Senado: talvez outro evento histórico.

PROFESSOR E COORDENADOR DO SUPREMO EM PAUTA DA FGV DIREITO SP

15 ABR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Bolsonaro é condenado por discurso homofóbico

Sentença determina que parlamentar pague R\$ 150 mil a fundo público com base em declaração dada a Preta Gil; em Brasília, ele anuncia saída do PP

Clarissa Thomé / RIO

O deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) foi condenado por dano moral pela 6.^a Vara Cível do Fórum de Madureira a indenizar em R\$ 150 mil o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, do Ministério da Justiça, por declarações homofóbicas. Bolsonaro afirmou que recorrerá. “Não sou homofóbico, gordofóbico, flamengofóbico, heterofóbico. O governo é que estimula isso através do Plano Nacional de Promoção de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. O governo é que joga homo contra hétero”, disse o parlamentar, que ontem pediu sua desfiliação do PP.

A ação civil pública foi proposta por grupos de defesa dos direitos de homossexuais com base em declarações do deputado ao programa CQC, da TV Bandeirantes, em março de 2011, e em palestra na Universidade Federal Fluminense (UFF) em setembro daquele ano, de onde acabou expulso pelos estudantes.

A juíza Luciana Santos Teixeira se baseou no artigo 187 do Código Civil, que prevê punição para o “titular de um direito” que “comete ato ilícito” ao exceder “manifestamente os limites impostos (...) pela boa-fé ou pelos bons costumes”.

Na sentença, a juíza considerou que “não se pode deliberadamente agredir e humilhar, ignorando-se os princípios da igualdade e isonomia, com base na invocação à liberdade de expressão”. Ela rejeitou a tese da defesa de que Bolsonaro tem imunidade parlamentar.

No CQC, ao ser questionado sobre como se comportaria se tivesse filho gay, Bolsonaro disse que seus filhos tiveram “boa

educação”. “Então, não corro esse risco.” No programa, ele declarou à cantora Preta Gil que não discutiria “promiscuidade” quando indagado sobre o que faria se o seu filho namorasse uma negra. Bolsonaro alega que o programa foi editado e que achava que respondia a uma pergunta de Preta sobre homossexualidade. O caso originou a abertura de inquérito por suspeita de conduta racista, no Supremo Tribunal Federal, em 2013. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo o arquivamento do procedimento, mas a Corte ainda não deu parecer sobre a demanda.

‘Sonhos’. Deputado mais votado do PP e do Rio de Janeiro nas eleições do ano passado, com 464.572 votos, Bolsonaro pediu sua desfiliação do partido ontem. “Tenho sonhos, mas não tenho espaço (*no partido*)”, afirmou. “(É) para que (*eu*) não tenha um sonho interrompido. E o meu sonho é o Brasil, não é o partido.” O parlamentar já declarou vontade de se candidatar à Presidência da República.

O PP lidera a lista da Operação Lava Jato com políticos investigados no STF. “Não tenho espaço nem aqui (*no PP*) no feijão com arroz. E eu já sei qual o futuro do partido nas eleições de 2018. Vai negociar apoio como negociou apoio ao PT”, disse Bolsonaro, que declarou já conversar com “partidos pequenos”, sem mencionar quais.

Ele rechaçou disputar a prefeitura do Rio de Janeiro em 2016. “Sabe por que eu não sou candidato? Porque eu tenho medo de ganhar. Pego uma prefeitura quebrada, nem receita eu tenho porque está tudo comprometido”, declarou. COLABOROU D.C.

15 ABR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Combate

A defesa da Galvão Engenharia quer que o plenário do STF analise seu pedido para anular a delação premiada de **Alberto Youssef**, feita na Lava Jato. Em decisão individual, semana passada, **Dias Toffoli** negou a anulação.

A defesa se baseia em parecer de **Gilson Dipp**, do STJ. Ele considerou “imprestável” a delação de Youssef, visto que uma semana antes de ela ser homologada, em setembro de 2014, o doleiro havia sido condenado por ter quebrado acordo anterior, no escândalo do Banestado.

Se a Galvão tiver êxito, as provas obtidas a partir do que disse Youssef podem cair.

Combate 2

Em outra iniciativa, a empresa levará ao MPF sua defesa contra a acusação de ter contratado a **JD**, do ex-ministro **José Dirceu**, para “dar legalidade” a um pagamento ao PT em troca de contrato na refinaria de Paulínia.

Segundo o MPF, os negócios coincidiam em datas e a Galvão Engenharia ganhou contrato de R\$ 568 milhões. A defesa responde: esse valor é 19% menor que o máximo estabelecido pela Petrobrás.

Sepultada

A Operação Castelo de Areia está definitivamente enterrada. O STF negou ontem por 4 a o, conforme antecipado pelo blog da coluna, o último recurso do Ministério Público.

15 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Após 12 anos de espera, Fachin é indicado para assumir vaga no STF

**Professor especialista em Direito Civil da UFPR
vai assumir a cadeira que era de Joaquim Barbosa**

Nas seis vezes em que apareceu na lista para assumir uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o nome de Luiz Edson Fachin sempre ficou na “quase indicação”. O professor da UFPR, que vive no Paraná desde os dois anos de idade, chegou a dizer em 2010 que desistiria de tentar novamente. Cinco anos depois, o currículo de Fachin e um forte esforço de mobilização do meio jurídico e político paranaense mudaram a história. Ontem, a presidente Dilma Rousseff decidiu indicar seu nome para a corte máxima.



Luiz Edson Fachin terá de passar por sabatina no Senado.

15 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Indicado por Dilma para o STF, Fachin põe fim à sina do "quase"

Gaúcho criado desde os dois anos no Paraná, professor da UFPR assumirá a cadeira que era de Joaquim Barbosa após ser preterido seis vezes

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

▮ Sempre que se falou em novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) ao longo dos últimos 12 anos em Brasília, um professor da UFPR especialista em Direito Civil aparecia nas listas de favoritos. Luiz Edson Fachin ficou na "quase indicação" do presidente da República por seis vezes e chegou a dizer que desistiria de tentar uma vaga, em 2010. Cinco anos depois, o currículo de Fachin e um forte esforço de mobilização do meio jurídico e político paranaense mudaram essa sina.

Nesta terça-feira (14), a presidente Dilma Rousseff decidiu indicá-lo para a cadeira deixada por Joaquim Barbosa em julho do ano passado. A escolha deve ser apresentada formalmente nesta quarta (15) ao Senado. Nas próximas semanas, Fachin será sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa e precisará do aval da

maioria dos 81 senadores, em plenário, para assumir o cargo.

Nascido no Rio Grande do Sul, mas criado no Paraná desde os dois anos, Fachin está prestes a quebrar outra marca histórica. Antes dele, houve apenas um ministro paranaense no STF. Ubaldino do Amaral, que nasceu na Lapa enquanto a cidade ainda era parte da província de São Paulo, esteve no tribunal entre 1894 e 1896.

Em uma das poucas entrevistas em que se assumiu como candidato ao STF, em 2010, Fachin descreveu à **Gazeta do Povo** como via a falta de representatividade do estado no tribunal. "Nós, os paranaenses, sejam nascidos ou criados no estado, como é o meu caso, olhamos para a composição do Supremo e vemos que mais de 30 nomes foram ofertados por Minas Gerais e mais de 20 por São Paulo. Parece-me justo e legítimo que o Paraná, se tem nomes que preenchem requisitos técnicos, associem a esse nome um critério paranista."

Na mesma ocasião, disse que aquela seria a última vez em que tentaria a vaga. Meses antes, havia sido chamado pelo então ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, para conversar sobre a possibilidade. Mas a vaga deixada por

Eros Grau acabou com o ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Fux.

Em 2006, ele já havia participado de outras duas audiências com o também ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. As cadeiras acabaram com Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski. Atual presidente do STF, Lewandowski teria avalizado na semana passada uma lista com sugestões de nomes para a vaga deixada por Barbosa e encabeçada por Fachin.

Em 2013, grandes jornais brasileiros chegaram a anunciar que o professor da UFPR seria o escolhido de Dilma, que preferiu o constitucionalista Luis Roberto Barroso. Uma fonte que acompanhou o processo dentro do Planalto diz que, apesar das escolhas anteriores, há tempos Fachin era o preferido de Dilma.

Até esta terça, ele ainda não havia dado declarações sobre a escolha, nem sobre como pretende atuar no STF. Há cinco anos, no entanto, ele já dava pistas de como acreditava que poderia colaborar. "Tenho muito a contribuir dentro da minha área do conhecimento, o Direito Privado Constitucional. Essa área classicamente tinha a presença do ministro Moreira Alves, que já se aposentou. Embora os ministros do Supremo apreciem todas as matérias, certa contribuição especializada é sempre útil."

CONTINUA

15 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Obra como jurista pesou a favor

Luiz Edson Fachin tem 57 anos e nasceu em Rondinha, no interior do Rio Grande do Sul. Aos dois anos mudou-se para o Paraná, onde construiu toda a carreira jurídica e tornou-se cidadão honorário de Curitiba. Costuma se definir como paranaense “por criação”.

Em 1980, graduou-se em Direito pela UFPR e fundou a Fachin Advogados Associados. Depois, fez mestrado e doutorado na PUC de São Paulo e pós-doutorado no Canadá. Foi professor visitante do King's College, da Inglaterra, e pesquisador convidado do Instituto Max Planck, da Alemanha.

Em 1991, entrou para o quadro docente de Direito da UFPR. Nas últimas três décadas, também foi professor em outras oito instituições de ensino superior de todo país, incluindo a PUCPR e a Unicuri-tiba.

Em todas as atividades de pós-graduação e em quase todas as de docência, dedicou-se à área de Direito Civil e da Família. A especialização nessa área e os trabalhos de “repersonalização” do Direito Civil fizeram dele figura constante nas últimas seleções para o Supremo Tribunal Federal. Sua tese de doutorado, de 1991, teve como título “Paternidade Presumi-

da: do Código Civil brasileiro à jurisprudência do STF”.

Em 1996, criou o Núcleo de Estudo em Direito Civil-Constitucional batizado de “Virada de Copérnico”. O grupo lapidou a tese de que a Constituição ocupou o lugar central da regulação jurídica do contrato, do patrimônio e da família, conduzindo a um processo de “constitucionalização do Direito Civil”.

Ao longo da carreira, recebeu 20 premiações ou títulos honorários. É autor de 145 artigos especializados e de 42 livros publicados ou organizados em edições.

O livro “Estatuto jurídico do patrimônio mínimo”, de 2001, é considerado referência na discussão sobre a dignidade da pessoa humana. Por várias vezes, as teses de Fachin já foram usadas por ministros do STF para embasar votos em julgamentos. (AG)



Luiz Edson Fachin diz que poderá contribuir no STF principalmente em sua área de atuação, o Direito Privado Constitucional.

CONTINUA

15 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ESTRATÉGIA

Senadores do Paraná atuam para apaziguar sabatina

Os três senadores do Paraná começaram nesta terça (14) a atuar para tentar afastar da sabatina de Luiz Edson Fachin polêmicas que envolvem a crise atual entre PT e PMDB. O processo de indicação do professor da UFPR passou por turbulências devido a um suposto bloqueio do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Fachin

seria considerado por peemedebistas como um nome vinculado à presidente Dilma Rousseff. O líder da oposição, Alvaro Dias (PSDB), levou a Renan a informação de que a única filiação partidária do paranaense foi ao PMDB, nos anos 1980. "Seria um prejuízo enorme para o STF a desqualificação de alguém por um mero boato ou inverdade. Qualquer cidadão pode ter convicções políticas ou ideológicas, o que vale é a postura de independência no trato da vida pública", disse o tucano. Ele tam-

bém conversou nesta terça com a bancada tucana e disse que a sabatina "não terá sobressaltos".

Roberto Requião (PMDB) também trabalhou nos últimos dias e conseguiu que a maioria do partido fechasse questão favoravelmente a Fachin. Gleisi Hoffmann (PT) já havia feito campanha a favor do professor em 2010, quando não era senadora, e em 2013, quando era ministra da Casa Civil. "Em um debate técnico, não haverá surpresas", disse a petista. **(AG)**

Bancada paranaense no Congresso Nacional "jogou junto"

Rogério Waldrigues Galindo

A indicação de Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal (STF) passou pelo trabalho conjunto dos parlamentares do estado. Num raro momento de união, os deputados federais e senadores do estado fizeram força no mesmo sentido, independentemente de partido e de conflitos internos. E deu resultado. Houve dois movimentos da bancada. Um deles foi mais silencioso. Dos 33 parlamentares, 32 assinaram uma moção de apoio à indicação de Fachin. A bancada paranaense é a sexta maior do Congresso Nacional e, somente

por esse apoio, já poderia ter feito diferença na escolha da presidente. Mas houve mais. O trabalho mais importante provavelmente foi o de bastidores. Em determinado momento, quando já se comentava que Fachin seria o indicado, o PMDB deu a entender que usaria o poder de veto a ministros do STF como arma na guerra contra Dilma. Alegou-se que Fachin seria uma indicação que interessaria ao PT.

Aí entrou o peso principalmente dos senadores. Gleisi Hoffmann, do PT; Alvaro Dias, do PSDB; e Roberto Requião, do PMDB, deixaram claro que a indicação tinha o apoio de todos os grupos políticos do estado, e que Fachin não tinha qualquer ligação com um partido — e nem motivo para ser vetado por outro.

15 ABR 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Nosso homem no STF 1

O presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, José Lucio Glornb, comemorou a indicação do jurista e professor Luiz Edson Fachin para a vaga de Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal. "É uma ótima escolha. É uma pessoa que tem tradição, conhecimento e cultura e está preparado para essa relevante função", disse Glornb, ex-presidente da OAB-PR. Fachin é filiado ao IAP.

Nosso homem no STF 2

O prefeito Gustavo Fruet, também advogado, disse à Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba que a indicação de um representante do Paraná para compor a mais alta corte do país, "em um momento de conjugação de crises política e econômica, nos enche de orgulho e responsabilidade". Para Fruet, trata-se de mais uma contribuição da Universidade Federal do Paraná, da qual Fachin é professor titular, para a democracia brasileira.

15 ABR 2015

GAZETA DO POVO

UFPR terá de indenizar mãe e criança por transmissão de HIV no parto

Rodrigo Batista

▮ A Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi condenada a pagar indenização a uma mãe e ao filho dela por transmissão do vírus HIV durante o parto da criança, em 2006, realizado no Hospital de Clínicas, da UFPR. O Poder Judiciário considerou que não houve tratamento adequado dado à gestante para evitar a contaminação da criança. A condenação foi dada na semana passada pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4), em Porto Alegre. A universidade terá de pagar R\$ 200 mil por danos morais. Ainda cabe recurso da decisão.

Segundo o TRF4, o parto da criança ocorreu em abril de 2006. Aos 6 meses de gestação, a mãe da criança recebeu a notícia de que era portadora do vírus da aids. Na ação, a mãe relatou que não recebeu terapia antirretroviral para reduzir os riscos de a criança ser contaminada na gravidez.

Procurados, UFPR e Hospital de Clínicas informaram que não vão se manifestar sobre a decisão porque o processo ainda está em tramitação.

Bolsonaro é condenado por discriminação a gays e negros

▮ O deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) foi condenado por dano moral pela 6.ª Vara Cível do Fórum de Madureira a multa de R\$ 150 mil por declarações homofóbicas. Bolsonaro afirmou que recorrerá. “Não sou homofóbico, gordofóbico, flamengo-fóbico, heterofóbico. O governo que estimula isso através do Plano Nacional de Promoção de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. O governo é que joga homo contra hétero”, disse.

A ação civil pública foi proposta por grupos de defesa dos direitos de homossexuais com base em declarações do deputado ao programa CQC, da TV Bandeirantes, e em palestra na Universidade Federal Fluminense (UFF), ambas em 2011.

No CQC, ao ser questionado sobre como se comportaria se tivesse filho gay, Bolsonaro disse que seus filhos tiveram “boa educação”. “Então, não corro esse risco.” No programa, ele declarou à cantora Preta Gil que não discutiria “promiscuidade” quando questionado sobre o que faria se o filho namorasse uma negra.

JUDICIÁRIO

Justiça Federal libera assessores de dois ex-deputados presos

▮ A Justiça Federal mandou soltar dois dos sete presos da última fase da Lava Jato no fim da tarde desta terça-feira (14). Eles estavam detidos desde sexta (10) e o prazo da prisão preventiva, de cinco dias, expirava nesta terça. No início da noite, Élia Santos da Hora, apontada como secretária do ex-deputado Luís Argôlo (SD-BA), foi a primeira a deixar a carceragem da PF, em Curitiba. O ex-assessor parlamentar do ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), Ivan Vernon Gomes Júnior, saiu logo em seguida.

15 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Dilma indica ministro ao STF depois de 8 meses

Para assumir, Luiz Edson Fachin precisa de aprovação do Senado

Depois de quase oito meses de protelação, a presidente Dilma Rousseff (PT) decidiu indicar o advogado Luiz Edson Fachin, do Paraná, para vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal.

O STF trabalhava com dez ministros desde a aposentadoria de Joaquim Barbosa, o que provocou desconforto entre a corte e o Planalto.

Para poder assumir, Fachin, 57, precisa ser sabatinado em comissão do Senado e ter o nome aprovado pelo plenário da Casa.

Peemedebistas afirmam que Fachin tem ligações históricas com PT e CUT e já empunhou bandeiras próximas da esquerda. Ele é chamado por integrantes do PMDB de “candidato do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)”.

Vídeo de 2010 mostra Fachin pedindo votos para a então candidata do PT à Presidência. Ele não foi localizado para comentar.

15 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Dilma indica ministro ao STF após 8 meses de espera

Nome do advogado Luiz Edson Fachin precisa ser aprovado pelo Senado

STF criticava a demora na escolha; crise com Congresso gerou temor de que nome não fosse aceito por senadores

ANDRÉIA SADI

DE BRASÍLIA

MARINA DIAS

ENVIADA ESPECIAL A BRASÍLIA

Após protelar por quase oito meses, a presidente Dilma Rousseff decidiu indicar o advogado Luiz Edson Fachin para vaga de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

Fachin, 57, precisa ser substituído na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e ter seu nome aprovado pelo plenário da Casa.

Apoiado por diversos políticos, principalmente mas não só do PT, ele teve como principal cabo eleitoral o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski —que já havia defendido seu nome em 2013, quando Dilma optou por Luis Roberto Barroso para a vaga de Carlos Ayres Britto.

Entre seus simpatizantes estão o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho (PT).

No Paraná, ele reunia apoio em diferentes partidos: do casal Gleisi Hoffmann e

Paulo Bernardo (PT), ao senador Roberto Requião (PMDB) e ao seu colega Álvaro Dias (PSDB).

O governador do Estado, Beto Richa (PSDB), chegou a mandar uma correspondência para Dilma defendendo o nome do futuro ministro.

A indicação de Fachin encerra uma novela que gerou estremecimento institucional entre o STF e o Planalto. Sem um titular, a corte operou com dez ministros por quase oito meses, após a aposentadoria de Joaquim Barbosa.

A demora gerou críticas de ministros do STF, que a classificaram como “nefasta” e “abusiva”, não menos por permitir que votações acabem em empate —o que sempre beneficia o réu.

O último ingrediente do caso foi a crise entre Planalto e o Congresso. Sondagens foram feitas para evitar que o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), derrubasse a indicação na sabatina a que todos os candidatos ao STF têm de se submeter antes de ter o nome aprovado pelo plenário da Casa.

Dilma consultou Renan sobre Fachin e ouviu do presidente do Senado que ela terá dificuldades em aprovar o nome do advogado na CCJ, mas que ele não vetaria nome algum e ajudaria o Planalto.

Em sua batalha política contra o PT e o governo, o peemedebista chegou a dizer a interlocutores que nenhuma indicação com “a digital do PT” seria aprovada.

O preferido de Renan era o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Coelho. Os ministros do Superior Tribunal de Justiça Benedito Gonçalves e Luis Felipe Salomão também estavam no páreo.

Nos bastidores, peemedebistas lembraram que Fachin tem ligações com o PT e com a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Ele é chamado por peemedebistas de “candidato do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)”. Em 2003, ao lado de outros 29 advogados, ele assinou um manifesto em defesa da reforma agrária.

Fachin já empunhou outras bandeiras próximas da esquerda. Após os protestos de junho de 2013, publicou artigo na *Folha* contrário à detenção aleatória de manifestantes pela polícia.

Para diminuir as resistências do PMDB a Fachin, o Planalto trabalhou para tentar dissociá-lo de José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça com quem Renan está rompido. O peemedebista atribuiu ao petista influência em sua inclusão na lista de políticos investigados na Operação Lava Jato, o que o ministro nega.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Se aprovado pelo Senado, Fachin assumirá a vaga de Joaquim Barbosa, que se aposentou em julho de 2014.

15 ABR 2015

Colaborou MÁRCIO FALCÃO, de Brasília

COMO FICA O TRIBUNAL

A composição da Corte se o nome de Luiz Edson Fachin for aprovado pelo Senado

Quem escolheu

Quanto tempo demorou a indicação

Quem escolheu	Nome e Idade	Tempo de Indicação
 Dilma	 Luiz Edson Fachin, 57 INDICADO NESTA TERÇA (14)	8 meses e 14 dias
	 Roberto Barroso, 56 > No cargo desde 2013	6 meses e 6 dias
	 Teori Zavascki, 66 > No cargo desde 2012	10 dias
	 Ricardo Lewandowski, 66 > No cargo desde 2012	18 dias
	 Luiz Fux, 61 > No cargo desde 2011	6 meses e 2 dias
	 Rosa Weber, 66 > No cargo desde 2011	3 meses e 2 dias
	 Dias Toffoli, 47 > No cargo desde 2009	16 dias

CONTINUA

15 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

 Lula		Cármem Lúcia, 60 > No cargo desde 2006	1 mês e 11 dias
 FHC		Gilmar Mendes, 59 > No cargo desde 2002	1 dia
 Collor		Marco Aurélio, 68 > No cargo desde 1990	1 mês e 15 dias
 Sarney		Celso de Mello, 69 > No cargo desde 1989	1 mês e 20 dias

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO Escolhido fez campanha para petista em 2010

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA
FABIANO MAISONNAVE
DE SÃO PAULO

15 ABR 2015

Escolhido pela presidente Dilma Rousseff para o STF (Supremo Tribunal Federal), o advogado Luiz Edson Fachin aparece em um vídeo de 2010, gravado durante o segundo turno da campanha eleitoral, pedindo votos para a então candidata do PT à Presidência.

O vídeo de quatro minutos está no site YouTube, no canal "Dilma na Web", ligado à campanha.

Fachin fala a um auditório lotado de apoiadores de Dilma em local não descrito. Na mesa do evento estão o vice-presidente Michel Temer (PMDB-SP), a ex-ministra Marta Suplicy (PT-SP) e os ministros Aloizio Mercadante (Casa Civil) e José Eduardo Cardozo (Justiça), entre outros.

Identificado como professor da UFPR (Universidade Federal do Paraná), Fachin se encarrega de ler ao microfone um "manifesto de juristas" em prol da candidatura da petista.

"Tenho em mãos um manifesto de centenas de juristas brasileiros que tomaram lado", anunciou.

"Apoiamos Dilma para prosseguirmos juntos na construção de um país capaz de um crescimento econômico que signifique desenvolvimento para todos, que preserve os bens naturais. Um país socialmente justo, que continue acelerando a inclusão social e que consolide soberano sua nova posição no cenário internacional".

O manifesto afirma que o governo Lula (2003-2010) "preservou as instituições democráticas e jamais transigiu com o autoritarismo". E não tentou "alterar casuisticamente a Constituição para buscar um novo mandato".

Procurado pela Folha em seu telefone celular no início da noite desta terça-feira (14), Luiz Fachin não foi localizado para comentar o vídeo de 2010.

Professor de Direito Civil na UFPR, onde se formou em 1980, Fachin é especializado em arbitragem e mediação em Direito Empresarial.

Desde os anos 1980 atua na área acadêmica.

No Paraná, onde tem escritório junto com a filha, Fachin "goza de excelente reputação moral e acadêmica", diz Anderson Furlan, presidente da Associação dos Juízes Federais do Paraná (Apajufe). Ele o descreve como humilde, sério e carismático.

"Não ouvi do [juiz] Sergio Moro nem de ninguém qualquer crítica contra Fachin", diz Furlan, amigo do magistrado responsável pela Operação da Lava Jato, ele também do Paraná.

15 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Nova embalagem

O aval de Ricardo Lewandowski a Luiz Fachin foi crucial para quebrar o veto do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), à sua indicação para o STF. Fachin não era o preferido do presidente da corte, mas o governo pediu sua ajuda para dissipar o peso de sua ligação com o PT e o MST. Apoiadores do advogado paranaense buscaram, ainda, apoio na oposição e espalharam que Fachin não era o nome do ministro José Eduardo Cardozo (Justiça), queimado no Senado.

Pedreira Na conversa que teve com Dilma Rousseff, Renan fez questão de deixar claro que o nome de Fachin não passaria fácil pelo Senado.

Condição A cúpula do PMDB no Senado dizia nesta terça-feira que, se Dilma não der demonstração de prestígio de Renan, não moverá uma palha pela aprovação do novo ministro no plenário.

96 contraponto

Água mole em pedra dura

Senadores do PMDB conversavam nesta terça-feira. Ansioso, Roberto Requião (PMDB-PR) perguntou a Renan Calheiros (PMDB-AL) — como em todas as reuniões recentes — se seu conterrâneo Luiz Edson Fachin, que teve seu apoio, seria mesmo indicado para a vaga aberta no Supremo. Eunício Oliveira (PMDB-CE) provocou: — Fica tranquilo, Requião. Se isso acontecer mesmo você vai ter que nos dar o ano inteiro de folga!

MÔNICA BERGAMO

PEDIDO ESPECIAL

Luiz Fachin não teve apenas o apoio formal do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) para ser indicado ao STF (Supremo Tribunal Federal). Além de dar declarações, o parlamentar oposicionista conversou “várias vezes” com os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romero Jucá (PMDB-RR) para que o PMDB suspendesse os vetos ao jurista. “Pedi que eles ligassem para a presidente Dilma [Rousseff], diz ele.

EM COMUM

Dias afirma que o fato de Fachin já ter sido identificado com o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) não quer dizer nada. “Eu também já tive simpatia pelo MST quando ele surgiu”, diz.

15 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Pedido de vista é poder de veto

DIEGO WERNECK ARGUELHES E IVAR A. HARTMANN

Hoje, para os ministros do Supremo, perder é opcional. O pedido de vista é um poder unilateral de veto que não está previsto no direito brasileiro

O pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), no julgamento sobre financiamento de campanha já passou de um ano. O relatório do projeto Supremo em Números, da FGV Direito Rio, de setembro de 2014, já havia mostrado que essa prática é comum.

Agora, o próprio ministro dá declarações reveladoras sobre o que está por trás dessa prática. O pedido de vista é um poder unilateral de veto não previsto no nosso direito.

No Supremo, como em outros tribunais do país, os ministros podem “pedir vista” de um processo sempre que consideram necessário estudá-lo mais profundamente. É raro, porém, que uma vista respeite o prazo previsto no regimento do STF.

Os ministros cumprem o prazo de 20 dias em apenas 1 de cada 5 pedidos. Os que não cumprem o prazo duram, em média, 443 dias. Atrasos que não ocorrem por acidente.

A ação contestando aspectos da privatização das telecomunicações, por exemplo, iniciada em 1996, nunca foi julgada. Conta com três pedidos de vista que, juntos, somam mais de 14 anos. Os ministros devolvem os processos quando querem.

Não há carga de trabalho que justifique, por exemplo, a vista do ex-ministro Sepúlveda Pertence no Agravo de Instrumento nº 132.755, que durou mais de 19 anos.

Novos dados do projeto Supremo em Números indicam que a duração dos pedidos não está relacionada ao volume de processos. Tampouco encontramos relação entre a eficiência do gabinete do ministro e a duração de suas vistas.

Qual é, então, a finalidade de retardar um julgamento já iniciado?

As vistas podem ser livremente usadas para controlar o momento em que um caso será decidido. Em muitos deles, isso é suficiente para garantir ao ministro que pede a vista que ele não será derrotado jamais. Um ministro sozinho prevalece contra relator, presidente e tribunal.

Questionado sobre a demora para devolver a vista do financiamento de campanha eleitoral, mesmo diante de uma maioria pública de seis votos contrários à sua posição, o ministro Gilmar Mendes não se justificou com base na complexidade do processo.

O ministro declarou que o financiamento de campanha “é uma matéria do Congresso por excelência. Alguém já imaginou o Supremo definindo qual vai ser o sistema eleitoral?”, questionou. É um argumento de mérito. Não há qualquer tentativa de disfarçar o uso da vista como poder de veto individual.

Se o ministro Gilmar Mendes já tem posição clara, a questão é de voto — não de vista. Deveria apresentar seu voto perante o tribunal e aceitar uma eventual derrota.

Curiosamente, em outros casos, o próprio Gilmar Mendes concordou que esse poder de veto é um problema. No julgamento da reclamação nº 2.138, em 2007, com o placar já indicando uma maioria de seis votos, o então ministro Joaquim Barbosa pediu vista. Mendes objetou: “Incomoda tremendamente esse pedido de vista que, nesse caso, rima com perdido de vista.

“Na verdade, estamos a demorar demais [...] já com uma definição, porque, neste caso, o pedido de vista ocorreu quando havia seis votos.”

Os ministros trocam de papéis, mas ninguém abre definitivamente mão do seu próprio poder de veto individual.

Hoje, para os ministros do Supremo, perder é opcional. Esse poder não tem base legal —ninguém desenhou o Supremo assim. A Constituição Federal prevê um tribunal colegiado, de deliberação coletiva e decisão por maioria.

A transformação da vista limitada em veto ilimitado foi obra da prática de sucessivas gerações de ministros. Precisamos de uma maioria de ministros com coragem republicana para acabar com esse poder individual de veto.

DIEGO WERNECK ARGUELHES, 33, doutor em direito pela Universidade Yale (EUA), é pesquisador e professor da FGV Direito Rio

IVAR A. HARTMANN, 30, mestre em direito pela Universidade Harvard (EUA), é professor da FGV Direito Rio e coordenador do projeto Supremo em Números

15 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Julgamento no STF termina em agressão

Advogado que assistia sessão pediu prisão de acusado a PMs após arrastá-lo para a rua

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

Um julgamento sobre a liberdade de um advogado terminou em confusão nesta terça (14) na sede do STF (Supremo Tribunal Federal), em Brasília, com direito a agressão entre advogados.

Os ministros da 1ª turma do STF derrubaram uma decisão provisória (liminar) do ministro Marco Aurélio Mello, tomada em 2011, que manteve em liberdade Levi Cançado Lacerda, ex-servidor da Justiça Eleitoral mineira.

Condenado a 24 anos de prisão, ele é acusado de atentado ao pudor e abuso sexual de dez jovens. Ele ainda recorre contra a condenação em outras instâncias.

Durante a análise do caso, o ministro Luiz Fux defendeu que Lacerda, que no momento ocupava a tribuna do plenário fazendo sua própria defesa, deveria ser preso.

Porém, a tese de Fux não prevaleceu e foi rejeitada pelos demais colegas, que alegaram que o STF não costuma determinar a prisão no próprio tribunal.

Foi então que André Francisco Neves, advogado que apenas acompanhava a sessão, pegou Lacerda pelo colarinho da camisa e o conduziu para fora do prédio. Lá, pediu a policiais militares —que estavam em frente ao STF, preparados para atuar em eventuais protestos— que prendessem o acusado.

Do lado de fora do plenário, Neves começou a sacudir Lacerda aos gritos. Os policiais então abordaram a du-

pla e tentaram imobilizar Neves, que reagiu.

O ato chamou atenção e foi acompanhado por servidores da janela do prédio.

Como houve agressão, os dois foram conduzidos para a delegacia de polícia.

Questionado, Neves justificou sua reação dizendo que ficou indignado com a possível decisão a favor da liberdade de Lacerda.

“Esse cara abusou de dez crianças. Sou cidadão, estou indignado. O ministro Fux está correto. Um cara que faz isso com criança... O que você faria? Eu tenho duas filhas. Se um cara desse faz..., eu mataria”, disse.

JULGAMENTO

Antes da confusão, Lacerda afirmou que é inocente, e que ainda há depoimentos a seu favor e que não foram validados. Ele chegou a se referir as crianças supostamente abusadas como “vítimas”, mas depois negou que tenha cometido abusos.

“Eu vim de Uberaba até aqui. É prova de que estou enfrentando o processo. Isso foi em 2008. Na verdade, são algumas [crianças], eles falam que são dez, mas não são dez”, afirmou Lacerda, que não pretende tomar nenhuma medida contra seu agressor.

FOLHA DE S. PAULO

Bolsonaro é condenado por ofender gays na TV

15 ABR 2015

MÔNICA BERGAMO
GRANDE
EXEMPLO

Juíza decidiu que ele
deve pagar R\$ 150 mil

O deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) foi condenado a pagar R\$ 150 mil por danos morais por declarações apontadas como homofóbicas na TV. A decisão é da juíza Luciana Santos Teixeira, da 6ª Vara Cível, no Rio.

Em 2011, ele disse no programa CQC (Band) que nunca passou por sua cabeça ter um filho gay pois eles tiveram “boa educação”. Afirmou ainda que não participaria de um desfile gay pois não promove “maus costumes”, acredita em Deus e na família.

A cantora Preta Gil perguntou como ele reagiria se seu filho se apaixonasse por uma negra. “Não vou discutir promiscuidade”, disse. “Não corro esse risco. Meus filhos [...] não viveram em ambientes como lamentavelmente é o teu”. Depois, afirmou ter se confundido. Disse que pensou que a pergunta era sobre gays.

Em sua decisão, a juíza escreveu que “não se pode deliberadamente agredir e humilhar, ignorando-se os princípios da igualdade e isonomia, com base na invocação à liberdade de expressão”.

Bolsonaro informou que irá recorrer: “Para mim isso ainda está nebuloso. Estou defendendo a família brasileira e as crianças nas escolas”.

DESFILIAÇÃO

Bolsonaro pediu para que o PP autorize sua desfiliação sem requerer seu mandato por infidelidade partidária. “Minha relação com o partido já deu, saturou.”

Seu objetivo, diz, é concorrer a algum cargo majoritário em 2018, como a Presidência.

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região decide até o fim da semana se mantém a liminar que permite à PUC de São Paulo seguir matriculando alunos pelo Fies sem os novos limites impostos pelo MEC.

EXEMPLO 2

O governo apelou diretamente ao presidente da corte, Fábio Prieto, por meio de recurso jurídico só usado diante da possibilidade de violação grave de direitos. Os advogados da União acompanham o caso com atenção, já que a manutenção da liminar em local com a “densidade jurídica” de SP, segundo jurista que acompanha o caso, teria maior chance de ser seguida por juízes de todo o país.

DÁ E SOBRA

A PUC-SP conseguiu liminar contra a trava que fixa o índice oficial da inflação (6,41%) como teto para o reajuste de mensalidades na renovação de contratos do Fies. Derrubou também outro argumento que bloqueava as matrículas — o de que já teria atingido o limite de recursos disponibilizados para elas. A PUC diz que, de R\$ 47,7 milhões a que tem direito, usou só R\$ 20 milhões.

15 ABR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

PARANÁ NO STF

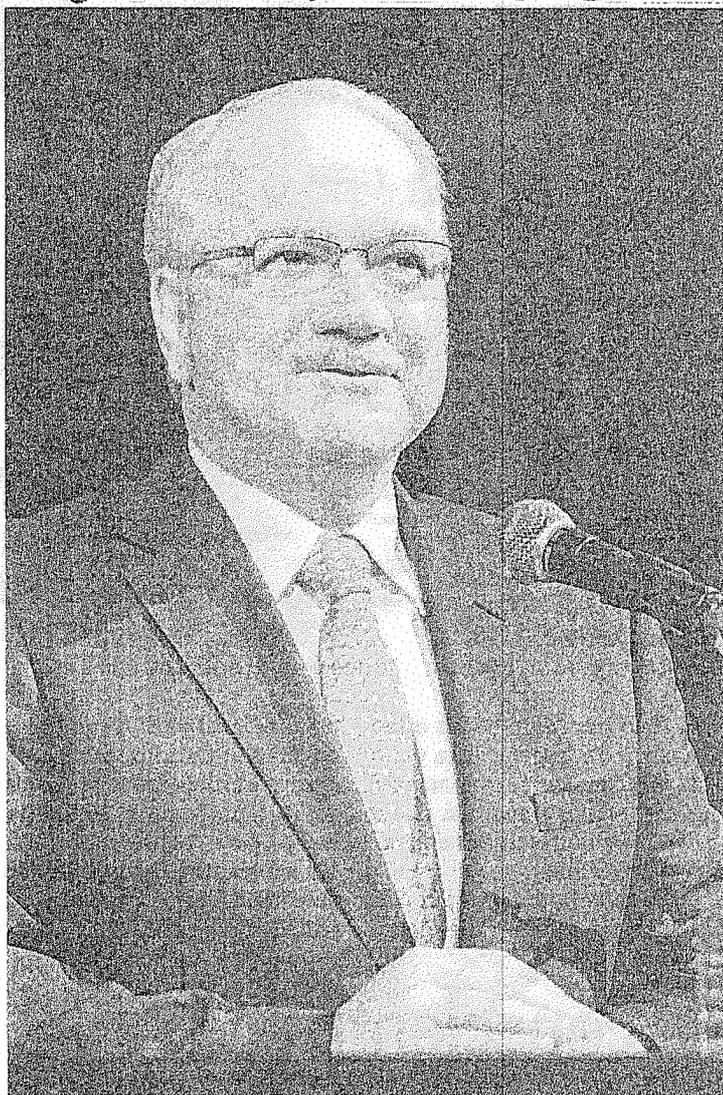
Dilma indica jurista Luiz Fachin pra ocupar vaga de Joaquim Barbosa no Supremo

Da Redação
geral@redacao@tribunadoparana.com.br

A presidente Dilma Rousseff escolheu ontem o jurista Luiz Edson Fachin para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Fachin tem 57 anos e é professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em direito constitucional. Ele ainda terá que passar por uma sabatina no Senado e ser aprovado pelos senadores antes de ser confirmado cargo.

A escolha de Dilma acontece depois de mais de 250 dias de aberta a vaga no STF. Fachin vai substituir Joaquim Barbosa, que presidia a corte quando pediu aposentadoria, em julho de 2014.

Se o nome de Fachin for apreciado pelo Senado, ele poderá ser considerado o segundo paranaense a ocupar um posto na mais alta corte do país. Apesar de nascido em Rondonia (RS), Fachin foi criado no Paraná desde os 2 anos de idade e é cidadão honorário de Curitiba. Até hoje, apenas um jurista do Paraná foi ministro do STF, e isso foi há mais de um século: o advogado



Fachin é professor da UFPR e ainda terá que ser aprovado pelo Senado.

Ubaldo do Amaral Fontoura, nascido na Lapa, de 1894 a 1896.

Fachin formou-se em Direito na UFPR, em 1980. É mestre e doutor em Direito pela Pontifí-

cia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, e pós-doutor no Canadá. Advogado e professor titular da UFPR, Fachin é considerado um dos principais no-

mes do Direito Privado Constitucional no país, com trabalhos usados para embasar decisões do próprio STF.

CAMINHO DIFÍCIL

A jornada de Fachin até o principal tribunal do país não foi fácil. Em pelo menos seis oportunidades nas últimas duas décadas o paranaense esteve muito próximo de ser nomeado, mas acabou preterido tanto por Lula quanto por Dilma.

Em 2006, ele chegou a ser entrevistado pelo então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, duas vezes. Mas as vagas acabaram preenchidas por Carmen Lúcia e Ricardo Lewandowski. Em 2010, participou novamente das "finais", mas acabou preterido por Luiz Fux. Em 2013, jornais chegaram a dizer que ele já havia sido escolhido por Dilma, mas a vaga ficou com Luis Roberto Barroso.

A resistência ao nome do jurista seria pela suposta ligação de Fachin ao PT. O presidente Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), levantou o fato de que, em 2010, o advogado assinou, com outros juristas, um ato em defesa do então presidente Lula para opinar sobre as eleições. Além disso, Fachin integrou recentemente a Comissão Estadual da Verdade do Paraná, indicado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Apesar disso, sua indicação foi elogiada pelos principais líderes no PSDB no Estado: o governador Beto Richa e o senador Alvaro Dias.

15 ABR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ TEM QUE INDENIZAR

UFPR terá que pagar a mãe e criança por transmissão de HIV durante parto no HC

Rodrigo Batista

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi condenada a pagar indenização a uma mãe e ao filho por transmissão do vírus HIV durante o parto da criança, realizado em 2006, no Hospital de Clínicas, que é de responsabilidade da UFPR. O Poder Judiciário considerou que não houve tratamento adequado dado à gestante para evitar a contaminação da criança.

A condenação foi dada na semana passada pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4), em Porto Alegre. A universidade terá que pagar R\$ 200 mil por danos morais R\$ 170 mil para a criança e R\$ 30 mil para a mãe. Ainda cabe recurso da decisão.

Segundo informações divulgadas pelo TRF4, o parto da criança ocorreu em abril de 2006. Aos seis meses de gestação, a mãe da criança recebeu a notícia de que era portadora do vírus HIV. Na ação, a mãe relatou que não recebeu terapia antirretroviral para reduzir os riscos de que a criança fosse contaminada ainda durante a gravidez. Após a realização de uma cesariana, de acordo com o tribunal, o bebê foi contactado com o vírus. Por causa disso, teria passado por várias internações.

Uma ação foi movida contra a UFPR na Justiça Federal do Paraná e a universidade foi condenada a pagar R\$ 50 mil em danos morais. Porém, a instituição recorreu da decisão e alegou que o hospital ofereceu medicação antirretroviral à mãe, mas ela não teria tomado os remédios por descaso. A universidade ainda afirmou que, durante o parto, foi utilizada medicação para diminuir o risco de contaminação e levantou a hipótese de que a transmissão teria ocorrido durante a amamentação.

Na nova decisão, a juíza federal, relatora do processo, Salise Monteiro Sanchoatene, considerou que houve falhas no tratamento dado à gestante. "Não foram observados os procedimentos adequados, conforme orientações do Ministério da Saúde, para evitar transmissão, na ocasião do parto, do vírus HIV da parturiente portadora do vírus HIV a seu filho recém-nascido", afirmou a magistrada.

A juíza decidiu aumentar a indenização por considerar, segundo o TRF4, o risco de morte que a criança passou a ter ao contrair o vírus, a impossibilidade de cura, o tratamento contínuo e pelas limitações que a criança terá pela vida.

Procurados, a UFPR e o Hospital de Clínicas informaram que não vão se manifestar sobre a decisão porque o processo ainda está em tramitação.

15 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Dilma escolhe paranaense para ministro do STF

Nome de Luiz Fachin era o favorito da presidente, mas a demora na escolha envolveu um processo de convencimento do PMDB por parte do Planalto

Das agências

Brasília - A presidente Dilma Rousseff escolheu o jurista Luiz Edson Fachin, do Paraná, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Fachin sempre foi ligado ao PT e sua indicação é uma tentativa de Dilma se reaproximar dos movimentos sociais.

A indicação do novo ministro do Supremo ainda terá de passar por uma sabatina no Senado. O presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), apoiava a indicação do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Coêlho. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) conversou muito com Renan, nos últimos dias, sobre as "qualidades" de Fachin. Luiz Fachin sempre foi bem visto no Planalto, mas desagravava ao PMDB, partido que comanda o Senado e também a Câmara.

A novela da escolha do 11º integrante do Supremo durou quase nove meses, desde a saída de Joaquim Barbosa, que presidia a Casa. Durante meses, num processo de idas

e vindas, constaram da lista dos favoritos o tributarista Heleno Torres, o jurista Clèmerson Clève, e os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luís Felipe Salomão, Benedito Gonçalves, Herman Benjamin e Mauro Campbell.

Dilma chegou a ser acusada de "omissão" pela demora na escolha do ministro do Supremo. Ela adiou ao máximo a decisão para esperar um momento de menos turbulência no Senado, por causa da crise política que atravessa o governo.

Advogado e professor de direito civil, Luiz Fachin teve sua indicação para ocupar uma cadeira no STF ameaçada por uma suposta relação com o PT e com movimentos sociais. Durante o período de escolha do substituto do ex-ministro Joaquim Barbosa, surgiram rumores sobre a ligação do nome do advogado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Fachin já esteve à beira da nomeação para a Corte há dois anos. Em 2013, apareceu

na reta final da indicação do substituto do ex-ministro Ayres Britto. Seu nome foi ventilado pelo então ministro - e hoje presidente da Corte - Ricardo Lewandowski. Na ocasião, o advogado paranaense se reuniu com a presidente Dilma e causou uma boa impressão ao Planalto. A opção da presidente, no entanto, foi pelo ministro Luís Roberto Barroso.

Desta vez, o nome de Fachin ressurgiu como favorito dentro do Planalto, mas a demora na escolha envolveu um processo de convencimento por parte do Planalto com o PMDB. Os peemedebistas anunciaram previamente que iriam barrar no Senado um candidato com "digital petista".

A ligação com a CUT foi apontada por parlamentares em razão do apoio dado pela central à indicação do nome de Fachin à Comissão da Verdade do Paraná, da qual faz parte. Com relação ao MST, um artigo publicado pelo jurista sobre propriedade teria gerado os rumores.

CONTINUA

15 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O advogado é bem visto entre os ministros do STF. Além do apoio de Lewandowski, outros integrantes da Corte fazem, nos bastidores, boas referências a ele.

Fachin tem 57 anos, é advogado especializado em direito de família, ramo do direito civil, e faz parte do conselho executivo do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Formado pela Universidade Federal do Paraná e mestre e doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Fundou, em 2006, a banca Fachin Advogados Associados, especializada em arbitragem.

Senador intercede contra rejeição a jurista

Luís Fernando Wilttemberg
Reportagem Local

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) intercedeu no Senado Federal para derubar o preconceito levantado contra o jurista paranaense Luiz Edson Fachin. O tucano tornou público seu posicionamento favorável à indicação do nome, que sofreu rejeição por ligações com movimentos como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O tucano justificou seu posicionamento com o "itinerário jurídico" de Fachin, que é professor titular da Faculdade de Direito do Paraná. "Não costumo me manifestar publicamente, mas foi preciso porque estava vendo um movimento especulativo tentando desqualifi-

car um grande jurista, tentando colocar nele um carimbo difamatório", afirmou.

O senador disse não ter proximidade com Fachin, mas conhece sua trajetória como jurista e já o citou como referência em outras ocasiões. O parlamentar toma como exemplo a sabatina de Dias Toffoli quando foi indicado para ministro. Fachin foi citado por Alvaro como um contraponto à nomeação.

Na vida política, Fachin já foi filiado ao PMDB, em 1983, quando Alvaro iniciava seu primeiro mandato de senador por este partido e José Richa assumia o governo do Paraná pela mesma legenda. "Mas ele nunca teve vida partidária. Afastou-se passou a militar na área jurídica", recorda o tucano.

15 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça solta detidos na operação A Origem

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - O juiz federal Sérgio Moro revogou ontem as prisões de três envolvidos na 11ª fase da Operação Lava Jato, denominada de "A Origem", e que levou para a carceragem da Polícia Federal (PF), em Curitiba, o ex-deputado federal André Vargas e outros dois ex-parlamentares. O irmão de do ex-parlamentar londrinense, Leon Vargas, teve o alvará expedido no início da noite e, como condição, teve que assinar um termo de compromisso.

Ele terá que entregar o passaporte no prazo de cinco dias e deverá comparecer em todos os atos processuais, salvo dispensa expressa do Juízo, perante a autoridade policial e Ministério Público Federa. Leon Vargas está proibido de mudar de ende-

reço sem prévia autorização do Juízo e também está proibido de manter contato com empregados ou representantes das empresas envolvidas (IT7, Labogen e Borghi/Lowe), investigados ou testemunhas da Operação Lava Jato. "O descumprimento das medidas cautelares implicará em renovação da prisão cautelar. A prática de novos crimes igualmente", ressaltou Moro, em seu despacho.

Já Ricardo Hoffmann, outro preso da fase "A Origem" teve a prisão temporária convertida em preventiva e permanece na carceragem da PF. "Até ser elucidada toda a dimensão do esquema criminoso e dos envolvidos, não vislumbro como substituir a preventiva por medidas cautelares alternativas. Enquanto não se sabe toda a dimensão do problema, mas apenas que é maior do que o inicial-

mente avertado, faz-se necessário a medida mais drástica", explicou Moro.

O juiz também revogou ontem os decretos de prisão temporária de Ivan Vernon Gomes Torres Junior, assessor do ex-deputado Pedro Corrêa (PP/PE) na Câmara, e de Elia Santos da Hora, secretária do ex-deputado Luiz Argôlo (SD/BA), detidos na última sexta-feira por suspeita de envolvimento em um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro ilícito de contratos de publicidade com órgãos públicos federais. Moro impôs condições aos investigados: Vernon e Elia estão proibidos de mudar de endereço ou de deixar o País sem autorização judicial e obrigados a comparecer a todos os atos do processo, inclusive da investigação se intimados a depor. (Com Agência Estado)

INFORME

Condenado

O deputado federal Jair Bolsonaro (PP), condenado a indenizar em R\$ 150 mil o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDDD), por declarações homofóbicas, disse que vai recorrer da decisão da 6ª Vara Cível de Madureira. "Eu não sou homofóbico, gordofóbico, flamengofóbico, heterofóbico. O governo que estimula isso através do Plano Nacional de Promoção de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. O governo é que joga homo contra hétero." Segundo ele, é a primeira vez que é condenado. A ação civil pública foi proposta por grupos de defesa dos direitos homossexuais com base em declarações do deputado ao programa CQC, da Band, em março de 2011, e numa palestra ocorrida na Universidade Federal Fluminense, em setembro daquele ano, de onde acabou expulso pelos estudantes.

15 ABR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Dilma indica Fachin para vaga no STF

Indicação de jurista paranaense deve passar pelo Senado



O Palácio do Planalto informou nesta terça-feira (14) que o advogado Luiz Edson Fachin, 57 anos, é o indicado pela presidente Dilma Rousseff para a vaga aberta de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Antes de ser confirmado, o nome de Fachin ainda terá de ser aprovado no plenário do Senado Federal.

De acordo com nota divulgada pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República (leia a íntegra ao final desta reportagem), Fachin "cumprir todos os requisitos necessários para o exercício do mais elevado cargo da magistratura do país". ■



Divulgação



Fachin já havia sido indicado em outras ocasiões

15 ABR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça manda soltar três presos da Lava Jato

A Justiça Federal determinou na tarde desta terça-feira (14) que parte dos presos na 11ª fase da Operação Lava Jato fosse solta. Os suspeitos foram detidos em regime temporário, na quinta-feira (9). Diferente da preventiva, a prisão temporária tem prazo de cinco dias, podendo ser prorrogada por mais cinco.

“O juiz federal Sérgio Moro determinou a soltura dos suspeitos



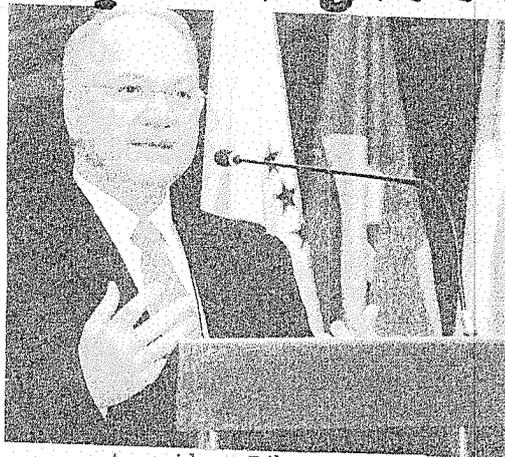
Divulgação

O publicitário Ricardo Hoffmann teve a prisão prorrogada

Ivan Vernon Gomes Torres Júnior, ex-funcionário do ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), Elia Santos da Hora, secretária do ex-deputado federal Luiz Argôlo, e também de Leon Vargas, irmão do ex-deputado federal André Vargas. Outro preso que estava em regime temporário, o publicitário Ricardo Hoffmann teve a prisão convertida em preventiva, a pedido do Ministério Público Federal (MPF). ●

15 ABR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO Dilma indica Luiz Edson Fachin para vaga no STF



A presidente Dilma Rousseff va indicar o nome do advogado e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em direito constitucional, Luiz Edson Fachin, para a vaga deixada pelo ministro Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal (STF).

A indicação acontece mais de 250 dias após a abertura da vaga no tribunal. Fachin, de 57 anos, chegou perto de uma vaga no STF em outras oportunidades, quando Dilma e o ex-presidente Lula acabaram escolhendo outros nomes. Nascido em Rondinha (RS), Fachin foi criado no Paraná desde os 2 anos de idade e é cidadão honorário de Curitiba.

15 ABR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Novo Código de Processo Civil mudará cultura no Judiciário, dizem especialistas

Fruto de amplo debate no Congresso Nacional e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff há cerca de um mês, o novo Código de Processo Civil (CPC) provocará uma “mudança cultural” no Judiciário brasileiro ao priorizar a conciliação e a mediação. Esse foi um dos principais pontos destacados ontem por operadores dos direitos em evento promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília, para debater o novo código.

Em meio às discussões acerca dos impactos das mudanças impostas pelo novo CPC no equilíbrio entre a ampla defesa e o tempo de duração dos processos, o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Alexandre Câmara disse que as pessoas, em especial os operadores do direito – como advogados, juízes, procuradores – foram “adestrados” pensar o sistema de Justiça do país como moroso. O que deve mudar com a nova norma.

“O novo código é capaz de nos permitir buscar uma virada cultural. Em uma sociedade civilizada, temos que inverter a lógica e ter a conciliação e a mediação como a melhor forma de resolução de conflito. Obviamente, que nem todos os conflitos serão resolvidos assim. Dai, teremos um meio alternativo que será a jurisdição. Isso fará com que só cheguem ao Judiciário os processos que não foram passíveis de conciliação”, ressaltou Câmara.

Para o presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Coelho, o novo CPC atualiza as exigências do Judiciário brasileiro ao momento contemporâneo. “Se não podemos dizer que houve ruptura com o sistema atual, o novo código provoca uma mudança de paradigma, sem rupturas. O povo brasileiro tem esse espírito de mudanças, mas sem conflito”, frisou.

“Foram mudanças paradigmáticas que terão efeitos práticos. Hoje, temos dois procedimentos que levam a sentença: sumário e o ordinário, como se um tivesse que ser rápido e o outro lento. O novo código diz que temos um procedimento único, que não deve ser rápido nem lento, mas no ponto certo para ser justo”, acrescentou o presidente da OAB.

De acordo com o professor titular da Universidade do Rio de Janeiro e membro da comissão de juristas que participou da elaboração do novo CPC, o advogado Paulo Cezar Pinheiro Carneiro, com mais de 100 milhões de processos em andamento na Justiça atualmente, somente com o estímulo à conciliação – que reduzirá as causas que ingressam no Judiciário – e a ampliação do uso da jurisprudência será possível reduzir o passivo do sistema jurisdicional do Brasil.

15 ABR 2015

Fim da novela

BEMPARANÁ

A TRAJETÓRIA DO JURISTA

Nascido na cidade gaúcha de Rondinha em 1958, ele é graduado em Direito pela UFPR

Possui titulação de mestre e doutor pela PUC-SP e é pós-doutorado pelo Ministério das Relações Exteriores do Canadá.

Fachin é sócio fundador e chefe executivo da banca Fachin Advogados Associados

Membro-árbitro de várias câmaras arbitrais: FGV, Fiesp, FIEP, entre outras.

Luiz Edson Fachin também atuou como pesquisador convidado do Instituto Max Planck

Compõe a Academia Brasileira de Direito Constitucional, a Academia Brasileira de Direito Civil, o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e o Instituto dos Advogados do Paraná



Dilma escolhe Fachin para ministro do STF

Professor da UFPR terá que passar por sabatina no Senado; lideranças comemoram

A presidente Dilma Rousseff escolheu o jurista Luiz Fachin, do Paraná, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Fachin sempre foi ligado ao PT e sua indicação é uma tentativa de Dilma se reaproximar dos movimentos sociais. A indicação do novo ministro do Supremo ainda terá de passar por uma sabatina no Senado. O presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), apoiava a indicação do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Coêlho. O senador Al-

varo Dias (PSDB-PR) conver- sou muito com Renan, nos últimos dias, sobre as "qualidades" de Fachin.

A novela da escolha do 11.º integrante do Supremo durou quase nove meses, desde a saída de Joaquim Barbosa, que presidia a Casa. "Foi o tempo de uma gestação", disse um auxiliar de Dilma.

Durante meses, num processo de idas e vindas, constaram da lista dos favoritos o tributarista Heleno Torres, o jurista Clèmerson Clève, e os ministros do Superior Tribunal de Jus-

tiça (STJ) Luís Felipe Salomão, Benedito Gonçalves, Herman Benjamin e Mauro Campbell.

O jurista Luiz Fachin, do Paraná, sempre foi bem visto no Planalto, mas desagravava ao PMDB, partido que comanda o Senado e também a Câmara. Dilma chegou a ser acusada de "omissão" pela demora na escolha do ministro do Supremo. Ela adiou ao máximo a decisão para esperar um momento de menos turbulência no Senado, por causa da crise política que atravessa o governo.

O governador Beto Richa

declarou ontem apoio à indicação do nome do jurista paranaense Luiz Edson Fachin para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Richa destacou a carreira de Fachin e disse que sua indicação é uma conquista para o Estado do Paraná. "Este 14 de abril é um dia histórico para o Paraná. A escolha de Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal faz justiça às melhores tradições do mundo jurídico paranaense e honra seu antecessor no cargo, o ministro Joaquim Barbosa", afirmou o governador.

15 ABR 2015

BEMPARANÁ

A conduta e o Direito Penal

Direito de Ação não é absoluto, nem a igualdade de todos

*Jônatas Pirkiel

É lógico que o direito de ação (de petição) não é e nunca foi absoluto, devendo sempre estar alicerçado na existência de um direito, não poucas vezes, até mesmo subjetivo demais. Recentemente, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais ao confirmar o óbvio, acabou por demonstrar que também a "igualdade de todos perante a lei!" não é absoluto...

Entendeu o tribunal, ao condenar em danos morais um pai, que foi juiz federal e que atualmente exerce a advocacia em Minas Gerais, por promover uma série de ações e atos administrativos contra um juiz que havia condenado seu filho por "desacato", que: "...o direito de ação ou de petição não é absoluto de modo a permitir que seu titular aja de forma ilimitada, lançando

acusações desmedidas, inconsequentes e em tom desrespeitoso contra quem quer que seja, o que se agrava quando tal medida é dirigida contra autoridades judiciais no exercício de sua função..."

Depreende-se, do final do entendimento, que qualquer tipo de exagero não pode ser tolerado, ...mas se for dirigido contra autoridades judiciais no exercício de sua função... torna-se mais gravoso. Tal percepção das coisas em nossos tribunais não podia ser e não é diferente, revelando um "grave resquício" cultural de que "uns são menos iguais que outros", ferindo de morte qualquer presunção de igualdade, mesmo que tal garantia não seja só constitucional mas esteja esculpida na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Neste caso específico, apesar de ter julgado corretamen-

te o caso, o tribunal mineiro peca quando manifesta a possibilidade de existir maior ou menor gravidade quando o excesso é praticado contra pessoas comuns ou quando praticado contra pessoas que não são comuns, ainda que assim se entenda quem tem qualquer tipo de autoridade. Os fatos referem-se a: "...advogado, que também é juiz federal aposentado, tentou prejudicar o juiz de direito da comarca por ele ter julgado e condenado seu filho pelo crime de desacato. Além de oferecer representação criminal contra o magistrado pelo suposto delito de corrupção passiva, ele ajuizou queixa-crime por prática de tráfico de influência e ingressou com procedimento disciplinar perante o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Todos os procedimentos foram rejeitados e arquivados..." (reprodução de parte da decisão).

*O autor é advogado criminalista (jônataspirkiel@terra.com.br)

PAINEL

Ética

Advogado que pede Justiça gratuita para cliente que não se encaixa nos critérios legais para obtenção do benefício viola código de ética da profissão. O entendimento é da 1ª Turma de Ética Profissional do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB de São Paulo.

Cobrança

Universidade Federal pode cobrar mensalidade e taxa de matrícula em cursos de pós-graduação. O entendimento é do TRF da 5ª Região.

FGTS

Acordo assinado entre a Caixa Econômica Federal e a Defensoria Pública da União permite a utilização do FGTS para quitar dívida de arrendamento residencial. O Termo de Ajustamento de Conduta tem validade em todo o território nacional.

Discriminação

Banco que implanta plano de demissão voluntária focado no desligamento de pessoas mais velhas age de forma discriminatória. O entendimento é da 1ª Turma do TST.

Estacionamento

Se a empresa permite que seu empregado utilize, ainda que de forma gratuita, o seu estacionamento, deve responder civilmente pelo furto do veículo a ele pertencente. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Presídio

Mãe de preso assassinado dentro de cela deve receber indenização por danos materiais e morais. O entendimento é da 1ª Câmara Cível do TJ de Mato Grosso.

15 ABR 2015

BEMPARANÁ

Justiça solta assessor de Pedro

A Justiça Federal revogou ontem os decretos de prisão temporária de Ivan Vernon Gomes Torres Junior, assessor do ex-deputado Pedro Corrêa (PP/PE) na Câmara, e de Elia Santos da Hora, secretária do ex-deputado Luiz Argôlo (SD/BA). Vernon e Elia foram detidos pela Operação 'A Origem', nova fase da Lava Jato, por suspeita de envolvimento em um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro ilícito de contratos de publicidade com órgãos públicos federais. Pedro Corrêa e Luiz Argôlo foram presos em caráter preventivo.